ISSN: 2358-8829

GÊNERO E CLASSE SOCIAL NA INFÂNCIA: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Leticia Caroline Silva Freire [1]
Mikaelly Celina Fidelis dos Santos [2]

RESUMO

A infância constitui um período fundamental para a construção das identidades, sendo atravessada por diversas influências sociais, entre as quais se destacam as relações de gênero e as condições de classe social. Este estudo tem como objetivo analisar como esses fatores atuam na formação das crianças, compreendendo que suas vivências são moldadas por normas, valores e desigualdades presentes no contexto sociocultural. Fundamentado em reflexões de autores como Bourdieu (2003), que discute a influência das estruturas sociais na constituição dos sujeitos, e Scott (2017), que aborda o gênero como uma categoria de análise histórica, o trabalho adota uma abordagem qualitativa, conforme Minayo (2002) e fundamenta-se em pesquisa bibliográfica com contribuições de Gil (2010). A análise evidencia que, desde cedo, as crianças são inseridas em processos de socialização que delimitam comportamentos, expectativas e oportunidades, frequentemente associados tanto ao gênero quanto à posição social que ocupam. Esses elementos contribuem para a internalização de padrões e para a reprodução de desigualdades, reforçando a ideia de que as identidades são socialmente construídas e não determinadas biologicamente. Nesse contexto, a atuação da escola e da família torna-se central, podendo tanto reforçar estereótipos quanto promover práticas mais inclusivas e equitativas. Dessa forma, ressalta-se a importância de problematizar as relações de gênero e classe social no ambiente escolar, reconhecendo a educação como um espaço estratégico para a formação de sujeitos críticos. Ao valorizar a diversidade e promover experiências que rompam com padrões excludentes, a escola contribui para a construção de identidades mais livres e para o fortalecimento de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Gênero, Classe social, Infância, Identidade, Educação.

1. INTRODUÇÃO

A infância não pode ser compreendida como um estágio universal, puramente biológico, a-histórico ou isolado das dinâmicas estruturais que regem a vida em comunidade. Ao contrário, constitui um período ontológico fundamental e intensamente dinâmico para a construção das identidades humanas, sendo atravessada por múltiplas linhas de força e influências sociais que moldam, de forma indelével, as maneiras como

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, leticiafreire415@gmail.com;
[2] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, mikaellycelina33@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

os indivíduos percebem a si mesmos, os outros e o mundo ao seu redor. Dentre essas influências, destacam-se categoricamente as relações de gênero e as condições de classe social como eixos macroestruturais e microestruturais que organizam e fracionam as vivências infantis.

Essa recusa à universalização da infância impõe às ciências humanas o dever de investigar como as assimetrias materiais e simbólicas se convertem em realidades cotidianas na vida dos sujeitos em formação. Não há uma infância abstrata, mas sim crianças concretas cujos corpos e experiências são territorializados por marcadores históricos de desigualdade. Ao analisar a infância sob o prisma das estruturas de dominação, desvela-se como os primeiros anos de vida operam como um laboratório de reprodução social, onde as fronteiras invisíveis da estratificação econômica e as clivagens normativas de gênero começam a desenhar as trajetórias de inclusão ou marginalização dos indivíduos.

No cenário contemporâneo, torna-se imperativo investigar os mecanismos pelos quais os marcadores sociais da diferença atuam sobre os corpos, os gestos e as mentes das crianças desde os seus primeiros anos de vida. As experiências na infância não ocorrem em um vácuo neutro, mas sim dentro de contextos socioculturais e geográficos específicos, repletos de normas, valores morais, expectativas institucionais e, fundamentalmente, profundas desigualdades socioeconômicas. Assim, as oportunidades reais de desenvolvimento integral, as escolhas de brincadeiras, as dinâmicas de sociabilidade, o acesso a bens materiais e capitais culturais e até mesmo as projeções de futuro são diretamente afetadas pelo lugar de classe que a criança ocupa e pelo gênero que lhe é socialmente atribuído.

Nesse sentido, a intersecção entre gênero e classe social engendra barreiras que constringem a agência infantil e codificam os caminhos de exploração do mundo. Enquanto as crianças pertencentes às elites econômicas são incentivadas ao desenvolvimento de competências voltadas à liderança e ao acúmulo de repertórios culturais cosmopolitas, às crianças das classes populares frequentemente se impõe o aprendizado precoce da escassez e da contenção. Quando esse filtro socioeconômico se choca com os binarismos de gênero, as assimetrias se agudizam, definindo de antemão

ISSN: 2358-8829

quais corpos terão direito à livre expansão e quais serão submetidos à disciplina do trabalho e da invisibilidade social.

Diante dessa complexa realidade, este estudo tem como objetivo geral analisar como as relações de gênero e as condições de classe social atuam na formação das crianças, buscando compreender o modo como suas vivências e subjetividades são moldadas pelas estruturas vigentes. Justifica-se a relevância desta pesquisa pela necessidade premente de tensionar, problematizar e desnaturalizar tais determinantes históricos no campo da Educação Básica. A escola e a família surgem, historicamente, como instâncias primordiais e centrais de socialização, as quais possuem o potencial contraditório tanto de reproduzir e legitimar estereótipos e segregações quanto de atuar como agentes transformadores e emancipatórios.

Para dar conta dessa densidade analítica, o presente trabalho organiza-se em seções subsequentes que discutem o referencial teórico que ampara a análise sociológica e histórica, os procedimentos metodológicos qualitativos adotados, o debate aprofundado acerca dos resultados extraídos do mapeamento da literatura e as considerações finais, que apontam caminhos políticos e pedagógicos para uma práxis educativa mais inclusiva, equitativa e democrática.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender o modo como as assimetrias e clivagens de classe social se inscrevem no desenvolvimento e na experiência infantil, as formulações sociológicas de Pierre Bourdieu oferecem um suporte analítico indispensável. Bourdieu (2003) discute exaustivamente a influência das estruturas sociais na constituição dos sujeitos, demonstrando que as condições materiais e econômicas de existência produzem o que o autor denomina de habitus. O habitus pode ser conceituado como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que funciona como uma matriz prática de percepções, apreciações, gostos e ações que caracterizam um determinado grupo social ou classe.

Na infância, o habitus começa a ser incorporado de maneira sutil, invisível e contínua, estruturando o corpo e os esquemas de pensamento. As crianças internalizam as posições do mundo social por meio das rotinas intrafamiliares, das variantes

ISSN: 2358-8829

linguísticas às quais são expostas, dos capitais culturais e econômicos disponíveis em seu entorno imediato e das expectativas futuras que os adultos depositam nelas. Assim, a classe social de origem não define apenas a capacidade de consumo de bens materiais, mas molda a própria subjetividade e o autoconceito infantil, naturalizando posições de privilégio ou de exclusão que tendem a se manifestar e se reproduzir ao longo da trajetória escolar do indivíduo.

Aprofundando essa dinâmica no tecido social contemporâneo, Setton (2002) propõe uma leitura articulada sobre as agências de socialização, ressaltando que o indivíduo moderno é fruto de uma "socialização plural". Isso significa que a família já não detém o monopólio da formação inicial; ela opera em constante tensão e hibridismo com a escola, os meios de comunicação e a cultura de massa. Segundo Setton (2002), essa pluralidade de instâncias injeta no habitus infantil uma série de referências culturais diversas, muitas vezes contraditórias, tornando o processo de construção da identidade na infância um campo de disputas de sentido, no qual a classe social funciona como um filtro que valida ou restringe a apropriação dessas mensagens.

Adicionalmente e de forma intersecional à classe social, o gênero atua de forma decisiva na fragmentação e na hierarquização das experiências na infância. Rompendo terminantemente com visões estritamente biológicas, essencialistas ou funcionalistas, Joan Scott (2017) conceitua o gênero como uma categoria de análise histórica e social crucial para decodificar as relações de poder estruturantes. Segundo a autora, o gênero baseia-se na percepção das diferenças biológicas entre os sexos, mas constitui, fundamentalmente, uma forma primária de significar as relações de poder dentro de uma determinada cultura.

A partir desse aporte teórico, compreende-se que as identidades de gênero são edificadas socialmente por meio de discursos, símbolos culturais, conceitos normativos e aparelhos institucionais. Nesse sentido, as contribuições teóricas de Michel Foucault (1979) tornam-se valiosas para compreender como o poder atua diretamente sobre o corpo físico dos indivíduos. Foucault (1979), ao analisar a constituição das instituições disciplinares, cunha o termo "corpos dóceis" para explicitar como os saberes e poderes sociais adestram, examinam, configuram e padronizam os movimentos e posturas dos sujeitos. No universo infantil, a generificação sutil e binarista atua exatamente como

ISSN: 2358-8829

essa tecnologia disciplinar foucaultiana: moldando posturas corporais, gestos aceitáveis e a contenção ou expansão do espaço ocupado de acordo com o sexo biológico.

Dialogando com essa perspectiva histórica e corporal, Louro (1997) direciona o olhar analítico para o interior das instituições escolares, evidenciando que a escola é uma das agências mais potentes na produção e fixação das identidades de gênero e sexuais. Louro (1997) argumenta que o gênero é ensinado e aprendido na escola não apenas por meio dos conteúdos explícitos dos livros didáticos, mas fundamentalmente através de um "currículo oculto". Este currículo sutil manifesta-se na divisão dos espaços físicos (como as quadras e os pátios), na separação de filas, na linguagem cotidiana dos educadores e nas sanções diferenciadas aplicadas aos corpos de meninos e meninas, operando como um dispositivo disciplinar contínuo que molda a masculinidade e a feminilidade hegemônicas.

A fim de evitar uma visão puramente determinista na qual a criança figura como mero receptáculo passivo das ordens adultas, a Sociologia da Infância traz aportes fundamentais. William Corsaro (2011) propõe o conceito de reprodução interpretativa para demonstrar que as crianças participam ativamente da sociedade. O termo "interpretativa" capta os aspectos inovadores e criativos da participação infantil, sublinhando que as crianças não apenas internalizam a cultura circundante, mas a reinterpretam, transformam e desafiam de forma coletiva em suas culturas de pares. Portanto, embora as amarras de gênero e classe propostas por Bourdieu (2003) e Scott (2017) exerçam forte pressão, a infância constitui simultaneamente um espaço dinâmico onde as crianças negociam, subvertem e criam novos sentidos para os padrões identitários dominantes.

3. METODOLOGIA

O percurso metodológico desenhado para a sustentação e validação científica deste estudo está firmemente ancorado nos pressupostos teórico-epistemológicos da abordagem qualitativa. Conforme aponta pedagogicamente Minayo (2002), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes das relações humanas. Esse nível de realidade corresponde a um espaço mais profundo e subjetivo das relações sociais que não pode

ISSN: 2358-8829

ser adequadamente reduzido à quantificação de dados, à mensuração matemática ou a variáveis isoladas.

Para operacionalizar essa investigação qualitativa, o desenho da pesquisa estruturar-se-á a partir de um levantamento bibliográfico sistemático e de um mapeamento analítico da literatura científica produzida sobre a Sociologia da Infância e as teorias de gênero nas últimas duas décadas. Esse procedimento documental permitirá organizar o material coletado e submetê-lo aos parâmetros formais da Análise de Conteúdo, viabilizando o isolamento de recorrências temáticas e a categorização das estruturas normativas que operam no chão da escola e da família. Desse modo, a metodologia se consolida como uma ferramenta de denúncia e desnaturalização das opressões, fornecendo a sustentação empírica necessária para que a discussão dos resultados e as considerações finais apontem caminhos concretos para a transformação da práxis pedagógica brasileira.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos e operacionais, esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e analítico. De acordo com os ensinamentos de Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida e estruturada a partir de material já elaborado, constituído essencialmente de livros científicos, capítulos de coletâneas e artigos publicados em periódicos indexados. Esse método permite ao investigador cobrir uma gama de fenômenos e cruzamentos teóricos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar por meio de contatos diretos, propiciando o exame de um tema clássico sob novas lentes e cruzamentos epistemológicos.

O levantamento do corpus bibliográfico foi realizado por meio de buscas sistematizadas em bases de dados de alto impacto e relevância para a área da Educação e das Ciências Sociais, tais como o Google Acadêmico e a biblioteca eletrônica SciELO. Foram utilizados descritores booleanos combinados, incluindo termos em língua portuguesa: "infância AND gênero", "classe social AND identidade" e "educação AND habitus". A seleção dos textos obedeceu criteriosamente a parâmetros de relevância acadêmica, consistência conceitual, aderência direta aos eixos norteadores e aos objetivos da pesquisa, priorizando discussões que fizessem emergir as conexões estruturais debatidas pelos autores que sustentam o arcabouço teórico deste artigo.

ISSN: 2358-8829

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do mapeamento bibliográfico e documental realizado, foram selecionados e analisados um total de 20 trabalhos científicos, compreendendo artigos de periódicos indexados, dissertações e teses, que investigam as assimetrias no desenvolvimento infantil. A grande maioria dessas produções acadêmicas demonstrou de forma contundente que os papéis de gênero e as clivagens de classe social operam de maneira interdependente na modelagem do comportamento infantil. O debate predominante na literatura evidencia que as instâncias tradicionais de socialização tendem a naturalizar hierarquias sociocomportamentais desde a primeira infância, tornando urgente a implementação de intervenções pedagógicas que rompam com o binarismo e com a reprodução das desigualdades materiais.

A análise sistemática da literatura científica selecionada e dos relatórios de monitoramento educacional global evidencia com nitidez que, desde os primeiros anos da infância, os indivíduos são inseridos em complexos e articulados processos de socialização que delimitam severamente seus comportamentos, suas expectativas existenciais e suas oportunidades formativas futuras. Esses processos encontram-se intimamente associados e tensionados tanto ao gênero atribuído à criança quanto à posição socioeconômica, política e cultural ocupada por seus núcleos familiares no tecido macroestrutural.

Estudos internacionais recentes desenvolvidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2021) trazem evidências empíricas de que os estereótipos culturais de gênero sobre a inteligência e as aptidões são incorporados muito precocemente. Pesquisas com crianças de cinco e seis anos de idade revelaram que, mesmo nessa faixa etária inicial, as aspirações de carreira das crianças já estão rigidamente generificadas: meninas demonstram uma tendência acentuadamente maior de aspirar a profissões ligadas ao cuidar, enquanto meninos projetam seu futuro em funções tradicionalmente associadas à liderança técnica, engenharia e transportes. O dado mais alarmante apresentado pela OECD (2021) indica que, em muitos cenários, o gênero atua como um preditor de aspiração profissional e de autoeficácia intelectual ainda mais forte do que o próprio background socioeconômico e a classe social da família.

ISSN: 2358-8829

Complementarmente, dados sistematizados pelo UNICEF (2022) ressaltam que os papéis de gênero atribuídos socialmente refletem crenças políticas, culturais e religiosas profundas, sendo frequentemente reforçados por desigualdades de classe social. Em contextos de vulnerabilidade socioeconômica extrema (baixa classe social), a intersecção de marcadores gera vivências de opressão cumulativas. Meninas pertencentes às classes populares enfrentam a sobrecarga precoce do trabalho doméstico e do cuidado com irmãos mais novos, o que restringe de forma severa seu tempo de brincar e de dedicação aos estudos escolares, forçando o abandono prematuro ou o baixo rendimento nas disciplinas científicas e tecnológicas. Em contrapartida, as masculinidades das classes populares também são cobradas por lógicas de virilidade e força de trabalho braçal, impulsionando a inserção precoce do menino no mercado de trabalho informal para complementação da renda familiar, o que afasta o jovem do investimento de longo prazo na escolarização formalizada e no capital cultural de que trata Bourdieu (2003).

No contexto nacional, estudos de caso aplicados ao ambiente escolar brasileiro da Educação Infantil corroboram essas assimetrias estruturais. Observou-se que as crianças incorporam premissas de gênero altamente normativas e estereotipadas compartilhadas no seio familiar. Curiosamente, os dados empíricos revelaram que, mesmo quando a escola adota uma postura pedagógica flexível em que as docentes explicitamente autorizam e incentivam meninos a brincarem com bonecas e meninas com carrinhos, as crianças relatam forte interdição e policiamento por parte de seus familiares em casa, que repreendem veementemente a flexibilização dos papéis binários tradicionais. Esse fenômeno expõe o conflito direto entre as diferentes agências de socialização (família e escola) na estruturação do habitus, conforme preconizado por Setton (2002).

Sob a ótica de Foucault (1979), a organização arquitetônica e espacial do pátio escolar e das salas de aula funciona como uma microfísica do poder. Meninos tendem a dominar de forma expansiva o centro das quadras poliesportivas com jogos de futebol e atividades físicas de alta intensidade energética, empurrando as meninas e os meninos que não performam a masculinidade hegemônica para as margens físicas do pátio, confinando-os a atividades de baixo impacto (como conversas ou desenhos). A aceitação acrítica desse arranjo pelas equipes escolares cristaliza a docilização dos corpos femininos e a expansão dominadora dos corpos masculinos. Contudo, em

ISSN: 2358-8829

consonância com Corsaro (2011), as pesquisas de campo também registram momentos de resistência interpretativa das crianças: meninas que invadem coletivamente a quadra de futebol e renegociam as regras de participação, subvertendo transitoriamente as barreiras de gênero construídas pelos adultos e pelos pares.

Para organizar teoricamente esses fluxos de reprodução e resistência coletiva observados nos resultados, a tabela abaixo categoriza as ações estruturantes encontradas na pesquisa:

Instância de Socialização	**Mecanismos de Reprodução das Desigualdades**	**Indicadores de Transformação e Resistência**
Família (Bourdieu; Setton)	Interdição de condutas não-binárias; divisão sexual rigorosa de afazeres domésticos; limitação do capital cultural.	Incentivo à plasticidade de papéis; democratização do acesso a capitais culturais diversos; diálogo horizontal.
Escola - Currículo Oculto (Louro; Foucault)	Tolerância ao machismo discursivo; segregação espacial (quadras/filas); validação exclusiva de saberes hegemônicos.	Práticas pedagógicas neutras e inclusivas; desconstrução de brincadeiras generificadas; uso de materiais de ponta aberta.
Cultura de Pares (Corsaro)	Patrulhamento mútuo de comportamentos; exclusão social de crianças que rompem o binarismo normativo.	**Reprodução Interpretativa:** ressignificação coletiva de regras; subversão de espaços e usos não tradicionais de brinquedos.

ISSN: 2358-8829

Frente a esses dados complexos, evoca-se a pedagogia libertadora de Paulo Freire (1996) defende vigorosamente que uma educação verdadeiramente transformadora exige o reconhecimento da instituição escolar como um espaço intrinsecamente político e estratégico para a formação de sujeitos críticos e autônomos. De acordo com o autor, o ato educacional é desprovido de neutralidade: ou serve para a domesticação e adaptação acrítica dos indivíduos às estruturas opressoras dominantes, ou serve para a sua conscientização e libertação política.

Trazer a pedagogia freiriana para o debate intersecional da infância implica em instrumentalizar as crianças, por meio do lúdico e do questionamento crítico para que leiam a sua própria realidade social, percebam as amarras de gênero e classe que tentam governar seus corpos e se constituam como autores plenos de suas próprias histórias, exercendo o que Freire chama de "consciência crítica" frente às desigualdades do mundo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo teórico-bibliográfico robustecido permitiu compreender a profundidade e a amplitude do papel estruturante que o gênero e a classe social exercem sobre a constituição dos sujeitos na infância. Longe de ser um período de neutralidade ingênua ou idílica, a infância constitui o palco sociocultural onde as primeiras e mais duradouras linhas da identidade social são inscritas nos corpos e nas mentes, sofrendo o impacto direto das desigualdades socioeconômicas e das normas de gênero vigentes na sociedade contemporânea.

Ficou evidente, a partir do cruzamento de autores clássicos e contemporâneos como Bourdieu, Scott, Foucault, Louro, Corsaro e Freire, que a superação da reprodução mecânica de estereótipos e disparidades sociais depende de uma postura intencional, ativa e combativa das instituições educativas. A escola, em sua articulação orgânica com a comunidade e com as famílias, possui o dever ético, científico e político de romper com o silenciamento histórico e institucional dessas temáticas, integrando reflexões críticas em suas propostas político-pedagógicas, em seus currículos e na formação inicial e continuada de seus corpos docentes.

ISSN: 2358-8829

Conclui-se que, ao valorizar genuinamente a diversidade de vivências e ao promover experiências que intencionalmente rompam com os padrões historicamente excludentes de raça, gênero e classe, a escola cumpre sua função social mais nobre e urgente. Ela deixa de ser um mero espelho reflexivo das mazelas e desigualdades externas e passa a constituir-se como um espaço de resistência e de transformação social. É por meio dessa educação crítica e sensível que se torna possível a construção de identidades infantis mais livres, autônomas e emancipadas, passo fundamental para o fortalecimento de uma sociedade que se pretenda verdadeiramente justa, igualitária e radicalmente democrática.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva feminista. Petrópolis: Vozes, 1997.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). **Tackling Gender Inequality from the Early Years**: Strategies for building a gender-transformative pre-primary education system. Paris: OECD Publishing, 2021.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70, 2002.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Gender Equality from the Early Years**. New York: UNICEF, 2022.